

PODER POLÍTICO E REFORMA DO ESTADO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO: análise da reforma do aparelho do Estado no Maranhão nos anos 1990

Ilse Gomes Silva*

RESUMO

Análise da reforma do aparelho de Estado do Maranhão realizada em 1998, pela então governadora Roseana Sarney como parte do amplo processo de reformas neoliberais encaminhadas pelo governo Federal. Roseana Sarney foi a primeira governadora a implementar o modelo de reforma do Estado conduzido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, apresentando o Maranhão como modelo a ser seguido pelos demais Estados da federação. Compreende-se que esse processo significou um reforço dos mecanismos ideológicos de legitimação do poder político do grupo liderado por José Sarney, além de garantir as bases neoliberais de reprodução do capital.

Palavras-chave: Reforma Do Estado. Neoliberalismo. Poder Político.

1 INTRODUÇÃO

Marx, no Manifesto do Partido Comunista, em 1848, nos forneceu uma definição de poder político que, em pleno século XXI, ainda é essencial para compreendermos as formas como determinados grupos políticos vão construindo seu poder e dominação. Dizia esse autor que o “poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX; ENGELS, 1996, p. 87). E esse poder político pode ser exercido por intermédio de um aparato especializado, que se apresenta acima da sociedade, mascarando desse modo a realização dos interesses da classe que detém o poder de Estado.

* Doutora em Ciências Sociais – Política pela PUC/SP; Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. E-mail: ilse @terra.com.br.

Deter o controle sobre os aparelhos desse Estado é de suma importância para as classes dominantes, dado a necessidade da manutenção e

reprodução das determinações estruturais do Estado capitalista, de modo a assegurar através de políticas as condições de reprodução do processo de acumulação.

É no Estado que se materializa a disputa entre as classes e frações de classes pelo exercício do poder político, embora muitas das vezes se apresente como uma disputa entre instâncias político-administrativas. As decisões político-econômicas são tomadas de acordo com o jogo de poder entre as classes e frações de classes, mediante a sua representação nas instâncias político-administrativas, de modo que a implementação delas em qualquer que seja a instância tenha a ver com o poder político que cada fração de classe exerce nos espaços local e nacional.

O poder político de determinados grupos que controlam a política local faz parte da história política de nosso país. Esse controle da esfera local tem sido fundamental para barganhar espaços na esfera nacional. Um dos momentos importante desse processo ocorreu durante a ditadura militar, principalmente a partir de 1974, quando ocorreu uma renovação das lideranças dos grupos políticos no nordeste, embalados pela política de abertura que através do II PND se propôs superar os desequilíbrios regionais. A linguagem tecnocrática preencheu o espaço do democratismo populista e com um discurso de modernização e urbanização a ditadura militar empreendeu uma política de renovação das elites regionais, apoiando novas lideranças¹

Portanto, os projetos de desenvolvimento de âmbito nacional têm se ancorado nos projetos de poder político de grupos regionais. E a história do Maranhão não foge a regra.

Diante do exposto, se impõe a necessidade de situar a reforma dos aparelhos do Estado no Maranhão na discussão das relações entre as esferas local e nacional em um contexto de transformações do papel do Estado na reprodução do capital. Esse percurso permite evidenciar os elos que foram construídos entre estas instâncias de forma que se compreenda o modo como as políticas da esfera local garantem a realização dos interesses do capital nas

¹ Embora a ascensão de José Sarney à liderança da política maranhense tenha ocorrido em 1965 pode-se considerar que o apoio da ditadura militar a sua candidatura faça parte desse processo de renovação das lideranças locais.

esferas nacional e transnacional ao mesmo tempo em que garante a manutenção do poder dos grupos regionais.

2 O MARANHÃO SE INSERE NA ECONOMIA NACIONAL

De modo geral, reconhece-se que é a partir da década de 50 que o Maranhão se insere na divisão nacional do trabalho ao assumir a função de fornecedor de produtos agrícolas, cujo objetivo era suprir as necessidades do processo de acumulação do capital urbano-industrial que ocorreu no Sudeste. As razões históricas que explicam a inserção subordinada do Maranhão na economia capitalista brasileira, apontam para duas direções que não se excluem. De um lado, encontram-se as opções econômicas adotadas pelas oligarquias regionais baseadas na agro-exportação e no extrativismo e, de outro lado, a forma como foram estruturadas as trocas entre as regiões brasileiras, principalmente entre o Nordeste e o Sudeste² (FEITOSA, 1994).

Esse modelo de desenvolvimento manteve a mesma lógica nas décadas seguintes, em que, a cada nova etapa de um processo de “desorganização e reorganização” da economia maranhense, foram introduzidos novos produtos, concomitantemente à implantação de alguns projetos industriais. Em outras palavras, o Maranhão, a despeito dos discursos “modernizantes” de seus sucessivos governos, se manteve como fornecedor de produtos agrícolas para os outros estados da federação e como corredor de exportação para o mercado internacional.

No aspecto político, a presença da “oligarquia Sarney” é marcante desde 1965. As péssimas condições de vida da maioria da população contrastam com o discurso do “maranhão Novo” – *slogan* do governo Sarney em 1965 – ou do “Novo Tempo”, das gestões de Roseana Sarney nas eleições de 1994 e 1998.

A “oligarquia Sarney”, através dos sucessivos governos estaduais dessas últimas décadas, soube agir com maestria nos diversos momentos da vida política do país, quer integrando a principal base de apoio civil à ditadura

² A questão regional está presente no cenário político e econômico do Brasil desde o século XIX quando o pacto de constituição do Estado brasileiro se firmou a partir da economia cafeeira no Sudeste. Na opinião de Oliveira: “no Nordeste, a questão regional, desde a ditadura, foi jogada debaixo do tapete e transformou-se em moeda de troca de um regime que procurava se legitimar com o apoio das próprias oligarquias no Nordeste” (OLIVEIRA, 1994:45-6). Hoje, a questão regional aparece como uma profunda desigualdade entre as regiões embora seja de caráter social e nacional, apresentando especificidades regionais.

militar³ no Maranhão quer se adaptando às exigências de um regime democrático.

Durante a ditadura militar, a gestão do “Maranhão Novo” procurou demarcar uma ruptura com tudo que era identificado com o “atraso”, cunhando a marca do “moderno” como traço distintivo do discurso da “oligarquia Sarney”,⁴ por meio do qual desqualifica toda proposta de desenvolvimento fora dos seus domínios. O “moderno” neste discurso é identificado com a implantação de um aparelho burocrático e com um quadro de funcionários de “reconhecida capacidade técnica”, supostamente guiados pelos princípios da imparcialidade e pelo compromisso com a reconstrução do Maranhão.

Essa forma de legitimação pode ser identificada com o “discurso competente” que Chauí (1989) designou como aquele que é instituído,

Proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado [...] no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência (CHAUÍ, 1989,p.7).

O uso do “discurso competente” é adequado á “oligarquia Sarney” na medida em que se tem “a aparência de que ninguém exerce poder porque este emana da racionalidade imanente do mundo organizado ou, se preferirmos, da competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados.” (CHAUÍ,1989,p.10).

Ao se identificar com a competência e os princípios da burocratização a “oligarquia Sarney” apresentou os seus sucessivos governos como voltados fundamentalmente para a administração, de tal forma que, além de viabilizar as

3 Para Sarney,a “revolução de 1964” era necessária e urgente: “Ninguém discute a oportunidade e a necessidade da Revolução de março de 1964 para o Brasil. Mas, se para o país como um todo ela era urgente, para o Norte era inadiável e inapelável. Era terrível a passividade desta sofrida região ante o seu antigo estado de calamidade.” (SARNEY, 1970 apud GONÇALVES, 2000,p.133) (grifos do autor). Heluy (1990,´.27) afirma que, no plano federal, Sarney “era o candidato do poder militar [ao governo do Maranhão], do próprio Presidente Castelo Branco com o qual mantinha excelentes relações de amizade[...].

4 Esse mesmo processo – uma aparente ruptura com tudo que representava o “atrasado” – ocorreu nos outros estados do Nordeste, nomeadamente, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia, no final da década de 70, quando são indicadas para o governo das capitais novas lideranças não identificadas com as velhas oligarquias, mas aceitas e apoiadas por elas e pela ditadura militar. Na opinião de Andrade (1993), essas novas lideranças estabeleceram um novo padrão de dominação ancorado num discurso modernizante que mantinha uma relação com o capital monopolista e um forte apelo popular.

condições de reprodução do capital, ainda mascarou o seu projeto político de dominação.

Como governador, José Sarney adotou um programa econômico para o Maranhão integrado às necessidades da expansão do capital monopolista no âmbito nacional, em que o Estado, através dos seus aparelhos, garantia o arcabouço jurídico e as condições de infraestrutura para a expansão do capital, sem, contudo, dismantelar as bases agrárias da economia e os laços políticos do período anterior. Sarney inicia seu governo realizando uma reforma administrativa para “modernizar” o aparelho estatal e “desenvolver” a economia maranhense. Dentre os seus principais projetos, destacaram-se a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA). O porto do Itaqui, a rodovia São Luís/Teresina e a “modernização” o setor agrícola, priorizando os grandes projetos agropecuários e criando um arcabouço jurídico para orientar a ocupação das terras (HELUY, 1990; COSTA, 1997; GONÇALVES, 2000).

No final da década de 1970, o governo federal, por meio da Escola Superior de Guerra, cria o Programa Grande Carajás (PGC) cujas metas visavam, principalmente, cumprir os objetivos de “integrar para não entregar” a região da Amazônia Oriental e atrair divisas para o país pagar a dívida externa. O Programa foi divulgado, com forte apelo ideológico, como a grande alternativa para resolver o problema da dívida externa do país e para desenvolver a Amazônia Oriental. No plano regional, o PGC impulsiona e é impulsionado pela oligarquia Sarney, que nesse período consolida seu poder com a indicação de João Castelo (1979/1982) ao governo do Estado, cujo lema era o “Grande Maranhão para todos”, e a eleição de vários parlamentares e prefeitos. No plano transnacional, o PGC correspondia aos interesses de alguns países de se apropriarem de grandes recursos minerais a baixo custos (FEITOSA, 1994; COSTA, 1997).

Esse programa foi montado tendo como base a exportação de minérios por meio da ex-estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁵ O impacto na

⁵ A Companhia Vale do Rio Doce exportou entre 1985 e 1994 cerca de 163 milhões de toneladas de minérios de ferro. Desse total, 28% foram vendidos para o Japão e 40% para a Comunidade Econômica Europeia. Entretanto, as divisas arrecadadas com a venda do minério não ficaram no país, uma vez que 70% da arrecadação foram destinadas ao resgate de dívidas contraídas com a implantação do projeto. Quanto aos empregos, a CVR, em 1991, possuía

floresta amazônica, nas nações indígenas, nos trabalhadores rurais foi desastroso, atingindo um alto custo social⁶. Embora institucionalmente o PGC tenha sido extinto em 1989, seus projetos continuam sendo executados na região (SILVA, 1990; FEITOSA, 1994; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995; COSTA, 1997).

As expectativas criadas com a implantação do PGC provocaram uma grande mobilização da força de trabalho para os municípios sede dos projetos, a valorização das terras, o aumento dos conflitos e a especulação imobiliária nas principais cidades. Parte da população expulsa do campo se envolveu nos projetos de infraestrutura do Programa, enquanto outra parte foi em direção aos garimpos ou se tornou carvoeira (SILVA, 1990; FEITOSA, 1994; CPT, 1995; COSTA, 1997).

A ALCOA foi instalada entre 1980 e 1984, apesar dos protestos dos movimentos sociais em São Luís, que denunciaram as irregularidades do processo de implantação e os prejuízos para a população e a economia maranhense. A empresa desapropriou cerca de 20.000 pessoas, muitas delas expulsas com violência e desconsiderou os relatórios ambientais que apontavam os riscos de contaminação do solo pelos resíduos deixados pela fabricação do alumínio. Tudo isso para gerar apenas 7 mil empregos na fase de implantação, reduzindo para 3 mil, em 1991, e apenas 2.273, em 1994. De fato, o número irrisório de empregos gerados contrasta com o volume de minérios exportados para o mercado externo - cerca de 300 mil toneladas de alumínio somente em 1993. Junte-se a isso o fato da própria ALCOA fazer todo o monitoramento dos resíduos produzidos pela industrialização da bauxita, sem nenhuma fiscalização do governo estadual (SILVA, 1990; FEITOSA, 1994; COSTA, 1997).

2.492 funcionários e, em 1994, ficou com apenas 2000, após a implantação do sistema de "Controle de Qualidade Total" (FEITOSA, 1994).

⁶ Para se ter uma ideia do custo social da implantação do PGC no Maranhão, os números indicam que nesse período o desmatamento atingiu 79% da cobertura vegetal do estado, motivados pela fabricação de carvão vegetal para os alto-forno das usinas de ferro - gusa; a violência no campo aumentou, provocando, somente em 1988, 43 conflitos de terra, catalogados pela CPT; aumentou também a miséria no estado tendo em vista que muitos trabalhadores perderam suas terras transformando-se em carvoeiros ou foram para a periferia das cidades maiores. Além disso, intensificou os conflitos com as nações indígenas situadas na área de influência do Programa (SILVA, 1990; UBBIALI, 1990; ZANNONI, 1990; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1995).

Alguns estudos indicam que as políticas dos governos federal e estadual, mediante o volume de recursos despendidos, o descaso com a proteção ambiental e o desrespeito aos direitos dos trabalhadores, foram fundamentais para a consolidação de um modelo de desenvolvimento excludente e dependente no Maranhão.

Tal modelo, embora ressalte os aspectos “locais”, está integrado aos planos nacional e transnacional. O maior exemplo dessa integração foi o grande volume de recursos transferido para o Maranhão em 1985 quando José Sarney foi Presidente da República. Os recursos federais reforçam o Programa grande Carajás e a implantação de outros programas similares que, mais uma vez, favoreceram apenas o setor de exportação. Desse modo, chegou-se à década de 90 com agravamento do quadro social (FEITOSA,1994).

No início da década de 1990, as divergências no interior da “oligarquia Sarney”⁷ provocaram a saída de algumas lideranças e, conseqüentemente, um sério desgaste político que ameaçou a eleição de Roseana Sarney em 1994.⁸ Mesmo assim, esta conseguiu ser eleita com 47,7% dos votos e, em 1998, conseguiu se recuperar relendo-se com 70% dos votos⁹.

No governo de Roseana a prática política da oligarquia foi redimensionada, de modo a se adaptar às exigências da agenda das reformas neoliberais e ao crescimento da oposição.

Até o momento, a oligarquia tem respondido às ameaças ao seu domínio político reconstruindo seus laços com a população mediante a criação

⁷ Vale informar que José Sarney é proprietário do principal grupo da mídia no Maranhão, o Sistema Mirante de Comunicação, o que, segundo Conceição (2000), lhe confere um lugar privilegiado nos embates políticos.

⁸ O estudo de Conceição (2000) demonstra de que modo a vitória de Roseana foi garantida pelo Sistema Mirante de Comunicação, uma vez que se encontrava ameaçada pelo candidato cafeteira, da coligação “União pelo Maranhão” (PPR,PSB,PSDB).Segundo o autor, a oligarquia Sarney, através da imprensa vinculou o futuro do Maranhão à vitória de Roseana e de FHC nas eleições, fazendo crer que essa era uma vontade divina.

⁹ Governadores do Maranhão que sucederam José Sarney até a reeleição de Roseana Sarney em 1998; Antonio Dino (1970/1971), Pedro Neiva de Santana (1971/1975), Oswaldo Nunes Freire (1975/1978), Ivar Saldanha (1981/1982), Luís Rocha (1983/1987), Epitácio Cafeteira (1987/1990), João Alberto (1990/1991), Edson Lobão (1991/1994). Dentre estes governadores, apenas Oswaldo Nunes Freire não pertencia ao grupo político de Sarney e “todos, com exceção de Rocha e Lobão, terminaram o mandato em oposição explícita ao grupo Sarney, não em relação a um projeto de sociedade, mas em termos de controle do governo”. (SOUSA, 1996, P.: 72).

de novos mecanismos para se manter no poder.¹⁰ Dentre esses novos mecanismos, destaca-se a reedição do discurso da “modernização” através da implantação de políticos neoliberais, com o propósito declarado de integrar o estado ao mundo “globalizado” dando ênfase às “vantagens comparativas” que o Maranhão apresenta, como a força de trabalho desqualificada e desorganizada e os incentivos fiscais oferecidos pelo governo.

3 ESTRATÉGIA DE RECLICAGEM: a reforma do aparelho estatal

Um mecanismo utilizado pela governadora para se “reciclar” diante da população foi a reforma do aparelho de Estado, Roseana Sarney foi aplaudida por Fernando Henrique pelos êxitos obtidos na “racionalização” da gestão estatal, na privatização de empresas estatais, na diminuição do quadro de servidores públicos e no controle das contas públicas,

Segundo documento oficiais, essa iniciativa do Maranhão em desenvolve, “desde 1994, um esforço sistemático de ajuste, saneamento e reaparelhamento tem permitido devolver ao governo estadual sua capacidade de investimento e de formulação e implementação de políticas públicas”. (MARANHÃO, 1998, p.9). Essa política foi apresentada à população por meio de uma forte campanha publicitária que realçou os aspectos administrativo e técnicos empreendidos pelo governo estadual como método de desenvolvimento do Maranhão e como um exemplo a ser seguido pelos outros da federação para garantir as condições da chamada “governança”.

Nos aspectos ideológicos, essa reforma serviu como estratégia de legitimação, definida por Thompson como universalização, através da qual,

Acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido (THOMPSON, 1995, p 83).

A Reforma e a Reorganização Administrativa do estado do Maranhão foram instituídas pela Lei nº 7.356 de 29 de dezembro de 1998 e significaram

¹⁰ Como exemplo dos velhos mecanismos se destacam “a articulação com o governo federal: fonte de benefícios de toda ordem, em troca do apoio da bancada federal sob controle da oligarquia. O pacto de solidariedade recíproca entre o grupo Sarney e o governo FHC, de acordo com o conhecido ‘governismo’ da oligarquia; a utilização patrimonialista da ‘máquina’ PÚBLICA ESTADUAL [...]”(COSTA, 1997, P.43-44).

um aprofundamento das medidas implementadas no período de 1995/98. Através dessa reforma a governadora se propôs a estabelecer estratégias com o objetivo de realizar o “saneamento das finanças públicas” e a “modernização dos sistemas administrativos.” (MARANHÃO, 1998^a).

O *slogan* da reforma foi: “um Estado em busca da eficiência”; e as estratégias foram: a democratização por meio da descentralização e da participação; a desestatização, a desregulamentação e a publicização, entendidas como a “transferência para organizações sociais, de propriedade pública não-estatal, dos serviços públicos não-exclusivos do Estado,” a flexibilização, mediante a adoção de “[...] medidas orientadas para a melhoria da racionalidade interna da Administração pública e busca da eficiência, eficácia e efetividade de sua ação.” (MARANHÃO, 1998b,p.11-12).

No projeto, a flexibilização seria alcançada através da autonomia de gestão da máquina, via a criação das Agências Executivas e das Organizações Sociais que, por sua vez, substituiriam as autarquias e as fundações públicas. Como se observa, os eixos estruturantes da reforma do aparelho de Estado no Maranhão foram os mesmos que orientaram o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado encaminhado pelo governo federal, posto que consistiram em adotar os critérios da “eficiência” e da “racionalidade administrativa” na gestão pública e transferir para o setor público não-estatal a prestação dos serviços públicos.

Os órgãos da administração direta foram agrupados em vários níveis de acordo com a sua competência e hierarquia no processo decisório: o “nível de apoio à formulação política e decisão estratégica” onde estão o gabinete do governador e os órgãos de controle da gestão pública; o “nível de gerenciamento estratégico e desenvolvimento institucional, formulação e avaliação de políticas públicas e defesa da sociedade” do qual pertencem as gerências estaduais; o “nível de implementação de políticas públicas e ação regionalizadas” do qual fazem parte as gerências regionais; o “nível de implementação de políticas e controle técnico setorial” que agrupou as autarquias, a empresa pública, as sociedades de economia mista e as fundações públicas (MARANHÃO,1998^a, 1998b).

Na administração direta foram extintas as dezoito secretarias estaduais de governo e criadas em seu lugar oito gerências para dar conta das

funções distribuídas entre as secretarias anteriores, como a Gerência de Qualidade de Vida que agrupou as ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico. A principal consequência dessa reorganização foi o enxugamento da máquina do Estado e um grande número de funcionários públicos colocados em disponibilidade no banco de Recursos humanos para posterior demissão.

Para cumprir o discurso da descentralização foram criadas as Gerências de Desenvolvimento Regional com sede em dezoito municípios de um total de 217. Embora sem autonomia orçamentária e administrativa e entrando em choque com as competências das Gerências Estaduais - ex-Secretarias estaduais, cada Gerência Regional teve como objetivo.

[...] promover a integração de todas as ações do poder estadual na região, supervisionar as unidades operacionais ali instaladas – hospitais, escolas, postos de saúde, centros sociais, equipamentos culturais, etc – e executar diretamente as atividades de competência estadual (MARANHÃO, 1999,p.16).

Através da reorganização do aparelho de Estado foi possível estender o poder da governadora a cada região do estado, por meio da qual se assegurou o controle das bases eleitorais e se institucionalizou a prática clientelista. Garantiu-se a diminuição do quadro de servidores públicos mediante a extinção de vários órgãos e empresa estatais, de forma que os funcionários foram redistribuídos entre outros órgãos, colocados em disponibilidade e posteriormente demitidos. Foram privatizadas as empresas estatais, como o Banco do Estado do Maranhão (BEM) e a Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR).

A Lei de Reforma e reorganização Administrativa do Estado é de 1998 e naquele momento a governadora Roseana Sarney afirmou que a Reforma “não resultará em demissões” e que “[...] o Maranhão será mais uma vez, como tem sido nos últimos quatro na os, um modelo para o Brasil em matéria não só de administração, mas de desenvolvimento.” (MARANHÃO, 1998b, p.7). Apesar destas afirmações, os compromissos norteadores da reforma não foram alcançados, sobretudo aqueles que se referiam à redução das desigualdades regionais e sociais e à participação popular.

Quanto aos indicadores sociais, os números são elucidativos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996, a taxa de alfabetização era de 66,88% competindo pelo último lugar com o Piauí que era de 65,58 %; no mesmo ano a taxa de mortalidade infantil alcançou os 65,9 por 1000 nascidos, a terceira mais alta do nordeste. Na taxa de pobreza o Maranhão sobe ao pódio em 1997, com 64,20% de sua população sobrevivendo com renda inferior a ½ salário mínimo (em 1996 eram 56,45%). O mesmo se observa em relação á concentração de renda, uma vez que a renda dos 20% mais ricos supera em 26,39 vezes a renda dos 20% mais pobres.

No âmbito dos conflitos agrários, o Maranhão se encontra na rota da violência. Em 1992 recebeu os parlamentares da CPI (Comissão Parlamentar de inquérito) da Violência no Campo da Câmara Federal em virtude da gravidade e da violência dos conflitos no campo. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, de 1985 a 1990, ocorreram 305 conflitos no campo envolvendo 448.318 pessoas; 19 trabalhadores foram assassinados somente entre 1990/91. Mais recentemente, de 1995 a 1997 ocorreram 66 conflitos envolvendo 8,107 famílias e 8 assassinatos. De acordo com os dados da Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), em 1999 houve 58 ameaças de morte, 356 despejos (forçado/judicial), 43 prisões e 8 assassinatos, envolvendo 39 municípios e 3.947 famílias. Nesses conflitos, a violência se estende também aos índios, as crianças e aos adolescentes, além de persistirem focos de trabalho escravo.

Passados aproximadamente 40 anos, é possível apresentar alguns elementos que distinguem os contextos entre o “Maranhão Novo” e o “Novo Tempo”. No período do “Maranhão Novo” o estado tinha uma economia essencialmente agrária e vivia-se em uma ditadura militar no Brasil. A grande “inovação” de Sarney foi criar a infra-estrutura e o arcabouço jurídico que permitissem estabelecer e estreitar os elos com o capital monopolista. No aspecto político, estabeleceu as relações ideológicas do seu governo com o “moderno”, o “desenvolvimento” e o “progresso”, através do qual o Maranhão construiria os pré-requisitos para se inserir na economia nacional no mesmo patamar que os outros estados da federação.

Na gestão do “Novo Tempo”, Roseana Sarney reconstrói as bases da dominação política se apresentando como pioneira das reformas

“modernizantes” e projetando, novamente, para o Maranhão a inserção na economia transnacional e nacional. Através da propaganda ideológica do caráter “racional-legal” das reformas, encobre a manutenção das práticas clientelas ou fisiológicas e legitima-se diante da população. A então governadora ainda apela para a estratégia da identidade regional, afirmando que “o Maranhão será, mais uma vez, como tem sido nos últimos quatro anos, um modelo para o Brasil em matéria não só de administração, mas de desenvolvimento”. (MARANHÃO, 1998b, p.1).

4 CONSIDERAÇÕES PARA UMA CONCLUSÃO

Os estudos realizados me permitem afirmar que em nenhum momento da história brasileira o Maranhão mereceu ser considerado como modelo. Ao contrário, sempre esteve entre os estados com os piores indicadores econômicos e sociais e tem sido marcado pelo rastro de sangue deixado pela violência entre trabalhadores e estudantes. Na verdade, o mito do modelo foi construído na década de 60 por José Sarney, que recorreu a um fictício passado de prosperidade para construir as bases de dominação ideológica de seu grupo político¹¹, ancorado na afirmação de uma “identidade” maranhense com certa vocação para a prosperidade.

Observa-se que as classes dominantes no Maranhão ultrapassaram as barreiras do “local” e transitam com desenvoltura nos espaços nacional e transnacional, utilizando essas relações como um importante mecanismo de legitimação do seu poder político local. Como já havia nos alertado Harvey:

...a capacidade de influenciar a produção de espaço é um importante meio de aumento do poder social. Em termos materiais, isso significa que quem pode afetar a distribuição espacial de investimentos em transportes e comunicações e em infraestrutura físicas e sociais, ou a distribuição territorial de forças administrativas, políticas e econômicas, pode muitas vezes obter recompensas materiais... [Isso significa que] quem domina o espaço sempre pode controlar a política de lugar, mesmo que, e isso é um corolário crucial, primeiro assuma o controle de

¹¹ Essa afirmação se baseia, principalmente, no trabalho de Feitosa (1994) que reconstrói a trajetória da economia maranhense desde os tempos da colônia. Quanto à construção das bases que sustentaram a dominação política da “oligarquia Sarney”, o estudo de Gonçalves (2000) é fundamental.

algum lugar para controlar o espaço. (HARVEY, 1998, p. 213).

Manter o discurso da necessidade constante de reformas como condição para o desenvolvimento e a inserção no mundo “globalizado” se constitui em importante instrumento ideológico que mascara um processo que, ao mesmo tempo em que inclui as classes dominantes nas esferas nacional e transnacional, exclui a maioria dos maranhenses dos direitos mínimos da cidadania burguesa.

No Maranhão as classes dominantes, neste milênio, comemoram o fato de dirigirem um estado que possui um dos maiores portos do mundo; que abriga grandes projetos siderúrgicos e uma base espacial; que comercializa seus produtos com as maiores potências econômicas; que se interliga com o mundo todo. Enquanto isso, esse modelo de desenvolvimento condena a maioria da população a viver em favelas, as crianças à subnutrição; e, ainda, provoca o massacre da população indígena e a destruição da cobertura florestal.

POLITICAL POWER AND REFORM OF THE STATE IN THE CONTEXT OF NEOLIBERALISM: analysis of the reform of the apparel of State in Maranhão in the years 1990.

ABSTRACT

The article analyzes the reform of the apparel of State of Maranhão accomplished in 1998, for the then governor Roseana Sarney as part of wide process of neoliberal reform directed by the federal government. Roseana Sarney was the first governor to implement the model of reform of the State drive by president Fernando Henrique Cardoso, presenting Maranhão as model to be followed by the other states of the federation. It is understood that process meant a reinforcement of the ideological mechanisms of legitimation of the political power of the group led by José Sarney, besides guaranteeing the neoliberal bases of reproduction of the capital.

Keywords: Reform of the State. Neoliberalism. Political power.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. A. de Estado, poder local e organizações populares no Nordeste (1978/1985). In: NASCIMENTO, E. P. do : BARREIRA, I. A. F. (ORG.). **Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

CHAUÍ, M. de S. **Cultura e democracia**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Carajás: desenvolvimento ou destruição**. Relatório de Pesquisa. São Luís, 1995.

CONCEIÇÃO, F. G. da. **O rapto da máscara mortuária: as astúcias enunciativas da Coluna do Sarney e a composição-transformação de identidades públicas nas eleições de 1994**. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, W. C. da. **Do “Maranhão Novo ao “Novo Tempo”**: trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA, 1997. Mimeografado.

FEITOSA, R. M.M. **O processo sócio-econômico do Maranhão**. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – UFPA, Belém, 1994.

GONÇALVES, M. de F. da C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA, 2000.

HARVEY, D, **Condições pós-moderna**. 7.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HELUY, H. B. **o PAPELA DO Estado no processo de organização política pós-65 no Maranhão**. São Luís: CIMI, 1990. (Maria Fumaça, 2).

MARANHÃO. Lei n. 7.356, de 29 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências. São Luís, 1998^a.

_____.Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência. **Reforma do Estado: um novo modelo de gestão para o Maranhã.** São Luís, 1998b.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, F. de. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI.** Rio de Janeiro: FASE, 1994.

SILVA, I. G. **Participação popular e “reforma” do Estado brasileiro nos anos 1990: contradições e impasses.** 2001. 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC/SP, São Paulo, 2001.

_____. **Os grandes projetos: elementos da política mineral brasileira e os cenários locais e internacionais do Programa Grande Carajás.** São Luís: CIMI, 1990. (Maria Fumaça, 1).

SILVA, I.; BORGES, A. **Elementos para análise das estratégias de sobrevivência no segmento maranhense do corredor da EFC.** São Luís: CIMI, 1990. (Maria Fumaça, 12).

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis: Vozes, 1995.

UBBIALI, C. **Índios Guajajaras e o Programa Grande Carajás.** São Luís: CIMI, 1990. (Maria Fumaça, 2).

ZANNONI, C. **Maranhão: situação dos povos indígenas,** São Luís: CIMI, 1990. (Maria Fumaça, 2).